

VI LEGISLATURA

1.^A SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE NOVEMBRO DE 1991

SESSÃO SOLENE DE BOAS VINDAS A S.EX.^ O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CABO VERDE (ANTÓNIO MASCARENHAS GOMES MONTEIRO)

Presidente: Ex.mo Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex. mos Srs. João Domingos Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque José Mário Lemos Damião José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

Às 16 horas e 15 minutos deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República de Cabo Verde (António Mascarenhas Gomes Monteiro), o Sr. Presidente da República (Mário Soares), o Sr. Presidente da Assembleia da República (Barbosa de Melo) o Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Sr. Secretário-Geral da Assembleia da República, membros da comitiva do Sr. Presidente da República de Cabo Verde e os secretários do protocolo do Estado.

No hemiciclo encontravam-se já, além de ministros e secretários de Estado, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar, o Alto Comissário contra a Corrupção, os Chefes dos Estado-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea, conselheiros de Estado, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, juízes conselheiros do Tribunal Constitucional, o governador civil do distrito de Lisboa, o comandante do Comando Operacional da Força Aérea, o governador militar de Lisboa e os comandantes-gerais da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

Encontravam-se presentes nas tribunas e galerias outros membros da comitiva do visitante e do corpo diplomático.

Constituída a Mesa, a banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos nacionais dos dois países.

Seguiram-se os discursos do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República de Cabo Verde. Eram 16 horas e 35 minutos quando a sessão foi encerrada. O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 16 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca e Silva. Adérito Manuel Soares Campos.

Adriano da Silva Pinto. Alberto Cerqueira de Oliveira. Alberto Monteiro de Araújo. Alípio Barrosa Pereira Dias. Álvaro José Martins Viegas.

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.

Ana Paula Matos Barros. António de Carvalho Martins.

António do Carmo Branco Malveiro.

António Esteves Morgado.

António Fernandes de Sá e Abreu. António Joaquim Correia Vairinhos. António José Barradas Leitão. António José Caciro da Mota Veiga. António Manuel Fernandes Alves.

António Maria Pereira.

António Paulo Martins Pereira Coelho.

António Roleira Marinho. António da Silva Bacelar.

Aristides Alves Nascimento Teixeira.

Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.

Arménio dos Santos. Belarmino Henriques Correia. Bernardino Gata da Silva. Carlos Alberto Lopes Pereira. Carlos Almeida Figueiredo.

Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.

Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.

Cecília Pita Catarino. Delmar Ramiro Palas. Domingos Duarte Lima

Duarte Rogério Matos V. Pacheco. Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.

Elói Franklin Fernandes Ribeiro.

Ema Maria Lóia Paulista. Domingos José Soares A. Lima. Fernando Carlos Branco M. Andrade. Fernando José Antunes Gomes Pereira.

Fernando José da Costa.

Fernando José Roque Correia Afonso. Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

Fernando dos Reis Condesso. Fernando Santos Pereira. Filipe Manuel Silva Abreu. Francisco Antunes da Silva.

Francisco João Bernardino da Silva. Guido Orlando de Freitas Rodrigues.

Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.

Hilário Torres Azevedo Marques.

Jaime Carlos Mata Soares. Jaime Gomes Milhomens.

José Alberto Granja dos S. Silva.

João Álvaro Poças Santos.
João José Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João do Lago V. Mota.

Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.

Joaquim Maria Fernandes Marques.

Joaquim Vilela de Araújo.

Jorge Paulo Scabra Roque da Cunha. José Alberto Puig dos Santos Costa.

José de Almeida Cesário.

José Augusto Santos Silva Marques. José Bernardo Veloso Falcão e Cunha. José Fortunato Freitas Costa Silva.

José Guilherme Reis Leite. José Júlio Carvalho Ribeiro.

José Leite Machado.

José Macário Custódio Correia. José Manuel Borregana Meireles. José Manuel da Silva Costa.

José Mário Gaspar.

José Mário Lemos Damião. José de Oliveira Costa. José Pacheco Pereira.

Luís António Carrilho da Cunha.

Luís António Martins. Luís Carlos David Nobre.

Luís Filipe Garrido Pais de Sousa. Luís Manuel Costa Geraldes. Manuel Antero da Cunha Pinto. Manuel Acácio Martins Roque. Manuel Castro de Almeida.

Manuel Joaquim Baptista Cardoso.

Manuel Lima Amorim. Manuel Maria Moreira. Manuel da Silva Azevedo.

Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa. Maria da Conceição Figueira Rodrigues. Maria da Conceição U. de Castro Pereira.

Maria Fernanda Dias Cardoso.

Maria Fernanda Correia da Mota Pinto. Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares.

Maria de Lurdes Póvoa Costa. Maria Luísa Lourenço Ferreira. Maria Manuela Aguiar Dias Moreira. Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.

Mário Jorge Belo Maciel.

Melchior Ribeiro Pereira Moreira.

Miguel Bento Martins de Macedo e Silva. Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.

Pedro Augusto Cunha Pinto. Pedro Manuel Cruz Roseta.

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Rui Alberto Limpo Salvada. Rui Carlos Alvarez Carp. Rui Fernando da Silva Rio.

Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.

Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Simão José Ricon Peres.

Vasco Francisco Aguiar Miguel. Virgílio de Oliveira Carneiro.

Vítor Pereira Crespo.

13 DE NOVEMBRO DE 1991 67

Partido Socialista (PS):

Abílio Alcixo Curto.

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Bernardes Costa.

Alberto Manuel Avelino.

Alberto Marques de Oliveira e Silva.

Alberto de Sousa Martins.

Américo Albino Salteiro.

Ana Maria Dias Bettencourt.

António de Almeida Santos.

António Alves Marques Júnior.

António Alves Martinho.

António Carlos Ribeiro Campos.

António Domingues Azevedo.

António Fernando Correia de Campos.

António Fernandes da Silva Braga.

António José Martins Seguro.

António Luís Santos Costa.

António Manuel de Oliveira Guterres.

António Poppe Lopes Cardoso.

António Ribeiro Marques da Silva.

Armando António Martins Vara.

Carlos Cardoso Lage.

Edite Fátima Marreiros Estrela.

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.

Eduardo Ribeiro Pereira.

Elisa Maria Ramos Damião Vicira.

Eurico José Palheiros de Figueiredo.

Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.

Fernando Alberto Pereira Marques.

Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.

Helena de Melo Torres Marques.

Jaime José Matos da Gama.

João António Gomes Proença.

João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.

João Maria Lemos de Menezes Ferreira.

João Rui Gaspar de Almeida.

Joaquim Américo Fialho Anastácio.

Jorge Fernando Branco de Sampaio.

Jorge Lação Costa.

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.

José A. Martins Goulart.

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.

José Apolinário Nunes Portada.

José Eduardo Vera Cruz Jardim.

José Ernesto Figueira dos Reis.

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.

José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.

José Manuel Santos Magalhães.

José Narciso Pereira Rodrigues de Miranda.

José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Júlio Francisco Miranda Calha.

Júlio da Piedade Nunes Henriques.

Laurentino José Monteiro Castro Dias.

Leonor Coutinho Pereira dos Santos.

Luís Manuel Capoulas Santos.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel António dos Santos.

Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

Mário Manuel Videira Lopes.

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

Rogério Conceição Martins.

Rui António Ferreira Cunha.

Rui do Nascimento Rabaça Vicira.

Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa.

João António Gonçalves do Amaral.

José Manuel Maia Nunes de Almeida.

Lino António Marques de Carvalho.

Luís Manuel Silva Viana de Sá.

Manuel Rogério de Sousa Brito.

Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.

Maria Odete dos Santos.

Miguel Urbano Tavares Rodrigues.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira. José Girão Pereira. José Luís Nogueira de Brito. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró. Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

Octávio Augusto Teixeira.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca. Mário António Baptista Tomé.

Sr. Presidente da República de Cabo Verde, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Srs. Membros da Comitiva do Presidente da República de Cabo Verde, Excelências, Srs. Deputados: Reunida em sessão solene e segundo o rito e a pompa das suas velhas tradições, a Assembleia da República cumprimenta e saúda, pela minha voz, com júbilo e desvanecimento pela honra da visita, o Presidente da República de Cabo Verde, Ex.^{mo} Sr. Doutor António Mascarenhas Gomes Monteiro.

Não é a primeira vez que o mais alto magistrado da República de Cabo Verde nos honra com a sua visita — aqui nos visitou já, nessa qualidade, o Presidente Aristides Pereira; o que é novo e de realçar nesta circunstância é o facto de se tratar de um Presidente da República de Cabo Verde directamente escolhido, em eleições livres e democráticas, pelo 'seu povo. É, mesmo, o primeiro supremo magistrado assim designado de um país africano de língua oficial portuguesa que vem até esta Câmara em visita oficial — uma Câmara que é, ela própria, uma expressão institucional, directa e plural, do povo português e das correntes de opinião política mais significativas que percorrem e animam a nossa sociedade. Eis uma sintonia entre o visitante e a anfitriã que muito me apraz poder registar neste momento.

Ao saudar V. Ex.ª em nome da Assembleia da República, saúdo também o povo cabo-verdiano, que V. Ex.ª legítima e lidimamente representa. E seja-me permitido fazer um voto e, ao mesmo tempo, exprimir uma manifestação de esperança: que os ventos que V. Ex.ª decisivamente ajudou a desencadear em Cabo Verde e para Cabo Verde soprem depressa por toda a África, dispersando pelo vasto e velho continente as sementes da paz e da concórdia, da fraternidade e da igualdade, do respeito pela

pessoa e pelos seus direitos fundamentais, da liberdade e da fé no destino superior de cada um — isto é, as sementes que geraram a cultura cabo-verdiana no andar dos séculos e sem as quais a democracia não é possível em parte alguma deste nosso vasto e diferenciado mundo.

Srs. Presidentes, Excelências, Srs. Deputados: Entre o povo cabo-verdiano e o povo português existem, e são bem visíveis, afinidades, consanguinidades e laços históricos e culturais tão fortes e profundos que os homens e os seus desencontros dificilmente poderão dissolver ou desatar.

Para usar as belas imagens com que os dois povos, radicalmente optimistas, pintam as suas terras, poderia dizer-se que as *Ilhas Afortunadas* e o *Jardim à Beira-Mar* estão lado a lado, muito mais próximos do que poderia parecer à primeira vista. E tal proximidade existe no que toca às coisas melhores e boas, assim como no que toca às coisas piores e más. A verdade, por exemplo, é que, tanto nessas *Ilhas* como neste *Jardim*, a terra, o espaço e os recursos são ancestralmente insuficientes para satisfazer as necessidades das populações.

Por isso, Portugueses e Cabo-Verdianos viram-se forçados, ao longo da história, a procurar trabalho e pão por outras paragens — se ontem os primeiros desciam a costa africana, chegando a Cabo Verde, hoje os Cabo-Verdianos sobem-na e chegam a Portugal e aos outros países da Europa para dar às sociedades de acolhimento, mais ricas e também mais envelhecidas, a persistência e tenacidade da sua energia, a vontade de mudar o curso da sua vida pessoal e, até, a juventude dos seus filhos. Dir-se-ia que a qualquer dos nossos povos assenta bem o dito do nosso clássico, o dito segundo o qual «temos um pequeno espaço para nascer e o mundo inteiro para morrer ...».

Neste contexto, sofrendo nós, Portugueses, ainda hoje, sobretudo nas partes do Norte, as vicissitudes da emigração que os Cabo-Verdianos sofrem em Portugal, não surpreende que, nesta Câmara, se compreenda de modo especial o problema da regularização da situação dos emigrantes cabo-verdianos clandestinos e que tudo quanto for necessário fazer na Assembleia da República venha a ser feito para que Portugal não seja terra de exílio para os cabo-verdianos que cá trabalham.

Aplausos gerais.

Srs. Presidentes, Excelências, Srs. Deputados: O processo de democratização de um povo — sabemo-lo nós todos por experiência própria — está sujeito a dificuldades e imprevistos de toda a ordem, mas é aliciante para quantos tenham fé no Homem e na sua eminente dignidade. Vale a pena assumir uma causa destas, ainda que o seu êxito possa comportar uma margem, maior ou menor, de indeterminação. Aliás, à medida que tal processo avança, essa indeterminação será cada vez menor. Com a realização das eleições autárquicas, a 15 de Dezembro, a República de Cabo Verde concluirá a fase da institucionalização da sua democracia. Decerto que não ficarão com isso resolvidos todos os problemas gerais mais importantes que preocuparão os dirigentes de Cabo Verde. Mas, contando com um homem com a formação científica, cultural e humana como a de S. Ex. o Sr. Doutor Mascarenhas Gomes Monteiro à frente da Presidência da República, essas dificuldades hão-de ser seguramente vencidas.

Tal é, Sr. Presidente, o espírito com que, na qualidade de Presidente da Assembleia da República, e nesta sessão solene de homenagem, agradeço a honra da visita de V. Ex.ª, louvando o homem público muito ilustre e insigne

que é e o povo sensível, imaginoso e fraterno que representa.

Aplausos gerais.

Vai usar da palavra S. Ex.º o Presidente da República de Cabo Verde.

O Sr. Presidente da República de Cabo Verde (António Mascarenhas Gomes Monteiro): — Sr. Presidente da República Portuguesa, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: Muito nos é grata a ocasião que se nos oferece, ao sermos acolhidos nesta Casa Parlamentar, de saudar V. Ex.ª, Sr. Presidente da Assembleia da República, e os ilustres deputados aqui presentes.

Através de vós, saudamos o fraterno povo português, que vos confiou tão elevado mandato, e peço-vos que sejais portadores, junto dele, da mensagem de amizade, reafirmada, que trago dos Cabo-Verdianos e do seu Parlamento.

Estejai seguros de que as palavras quão amáveis que nos haveis dirigido serão levadas junto dos seus destinatários últimos, as gentes das nossas ilhas e seus lídimos representantes. Lídimos agora, pois que, cominando abertura política que a sociedade cabo-verdiana exigiu ao antigo regime, as memoráveis primeiras eleições livres e democráticas jamais realizadas em Cabo Verde, que foram as legislativas de 13 de Janeiro do corrente ano, permitiram a constituição de um Parlamento onde os cidadãos do meu país se reconhecem efectivamente.

Queremos aqui lembrar que deputados portugueses, representando os principais partidos com assento na Assembleia da República de então, se dispuseram a integrar a missão internacional de observadores que, mediante acordo dos partidos nacionais concorrentes, presenciou localmente o desenrolar das eleições. O convite não foi casual nem, certamente, foi casual a resposta positiva.

A jovem democracia cabo-verdiana está em construção. Após a instalação do novo Parlamento a que nos referimos, o Presidente, que me honro de ser, foi eleito por sufrágio directo e universal e um governo de larga maioria entrou em funções.

No dia 15 de Dezembro próximo, um grande passo seguinte será dado com a escolha, pelos munícipes de todo o país, dos seus autarcas. Autarcas que exercerão um poder, enfim dignificado, dotado de efectivas atribuições e meios.

Por último, um projecto de nova lei fundamental será submetido, nos próximos meses, ao veredicto dos deputados da Nação, erigidos em Assembleia Constituinte.

O papel do Parlamento em Cabo Verde está seguramente votado a ser de grande importância.

Para além do que está escrito, diríamos que está no sangue do Cabo-Verdiano o imperativo de defender com tenacidade os anseios daqueles que representa.

Confiamos absolutamente que a Assembleia da República Portuguesa estaria pronta a responder a apelos que lhe viessem a ser dirigidos pela sua congénere de Cabo Verde no sentido de uma cooperação técnica que visasse reforçar a eficácia do desempenho desta última, ao mesmo tempo que veiculando o intercâmbio de experiências.

A cooperação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é algo que Portugal e Cabo Verde já provaram querer e saber fazer. Não ignorais, certamente, que as relações entre os dois países são, nesse campo, como noutros, exemplares. Elas têm sabido evoluir sob vários parâmetros, ao longo

dos tempos, e deverão agora, em resposta às novas realidades do desenvolvimento, operacionalizar instituições, modalidades e mecanismos adequados e ágeis. Não duvidamos que assim seja!

Liberdades políticas, desenvolvimentos sócio-económico e cultural, são outras tantas vertentes da prossecução do mesmo objectivo, que é a realização do Homem, busca que, hoje e cada vez mais, revela as limitações da escala nacional como campo de abrangência para a acção.

A universalização de valores, o entrecruzar dos caminhos, as repercussões globais dos impactes, tudo nos aponta para a inevitabilidade da concertação internacional concorrente para tal acção, baseada na justiça, no respeito pelo outro, no direito e na legalidade, enfim, guiada pela aspiração da paz e do progresso.

São esses, Sr. Presidente, princípios maiores que inspirarão os esforços de Cabo Verde no plano internacional.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Timor Leste é uma das questões internacionais que estão no centro das nossas atenções. Cabo Verde, na pessoa do seu mais alto magistrado, o Presidente da República, reitera o seu apoio incondicional à luta do povo maubere pela autodeterminação e independência ...

Aplausos gerais.

... e denuncia frontalmente as sucessivas violações dos direitos humanos no território timorense.

Homens de muitas viagens e de muitos encontros de culturas, Portugueses e Cabo-Verdianos conheceram, ao longo da história, tempos diversos no seu entrosamento humano.

Portugal é, hoje, terra de acolhimento para muitos dos nossos ilhéus espalhados pelo mundo. Não poderia deixar de, junto dos eleitos da Nação Portuguesa, exprimir o quão gratificante é para Cabo Verde, e dignificante para Portugal, a experiência do processo em curso de legalização de uma porção significativa de conterrâncos nossos emigrados neste país. Aqui, não assistimos, a esse respeito, a dissensões que, neste momento, noutras paragens opõem formações, mesmo que coligadas.

Pelo contrário, registamos uma sintonia que extravasa a própria Administração, o que eleva, em justa medida, os Portugueses aos olhos dos Cabo-Verdianos.

Sr. Presidente, ilustres Deputados: Havemos percorrido já parte apreciável da nossa agradável visita ao vosso país, no âmbito da qual visitaremos ainda Porto e Coimbra, seguindo-se os Açores, ilhas como as de Cabo Verde.

A satisfação que nos fica é grande, bem assim como a da minha mulher e da comitiva que me acompanha.

Estamos confiantes de que, ao regressarmos a Cabo Verde, teremos, entretanto, podido acrescentar um pouco mais às já excelentes relações entre os nossos dois países.

Mais uma vez, o meu obrigado pelo acolhimento fraterno que nos dispensou esta Casa Parlamentar, cujo calor levaremos connosco.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 35 minutos.

A banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo os dois hinos nacionais.

Realizou-se então o cortejo de salda, composto pelas mesmas individualidades do de entrada, tendo o Sr. Presidente da República de Cabo Verde, o Sr. Presidente da República e o Sr. Presidente da Assembleia da República saudado o corpo diplomático com uma vénia ao passarem diante da tribuna.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

António Moreira Barbosa de Melo.
João Domingos Abreu Salgado.
João Cardoso Martins.
Joaquim Maria Leitão de Oliveira Martins.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Pereira Lopes.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel da Costa Andrade.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário Silva Coutinho Albuquerque.
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.
Telmo José Moreno.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas. Domingos Abrantes Ferreira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV): André Valente Martins.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando Monteiro do Amaral. Leornado Eugénio Ribeiro de Almeida. José Pereira Lopes.

Partido Socialista (PS):

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal. Fernando Alberto P. Sousa. Gustavo Rodrigues Pimenta. José Barbosa Mota. José Rodrigues Pereira dos Penedos. Luís Filipe Nascimento Madeira. Raul Fernando Sousela da Costa Brito.

A REDACTORA, Isabel Barral.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

OZIVA

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



- 1 Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.
- 2 Para os novos assinantes do Diário da Assembleia da República, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.
- 3 Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PRECO DESTE NÚMERO 30500

Todá a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Eisboa Codex